Novembro/Dezembro 1982
Editado pela Fundação Nacional prόMemória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 21
próMemória

OLINDA
Patrimônio da Humanidade



Fernando Bizerra

Está programado para o primeiro semestre de 1983 o descerramento da placa alusiva à elevação de Olinda a Patrimônio Cultural da Humanidade, título conferido, por unanimidade, pelos 21 países integrantes do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, no dia 14 de novembro passado, durante sua reunião plenária anual, em Paris.

A aprovação do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO encerra um processo iniciado em dezembro de 1981, quando a Secretaria da Cultura do MEC encaminhou ao Secretariado do organismo um amplo e detalhado dossiê sobre a cidade pernambucana, pleiteando a sua inclusão na lista dos monumentos considerados Patrimônios Culturais da Humanidade, a exemplo do ocorrido com Ouro Preto, em 1980 (SPHAN nº 16, pág. 12). Antes da decisão final, a solicitação brasileira foi analisada pelo Bureau do Comitê, que recomendou aos países-membros da entidade a aprovação do pedido do Brasil (SPHAN nº 18, pág. 15).

O voto unânime dado em novembro veio acompanhado de menção honrosa pelo "alto valor qualitativo do projeto apresentado".

O título é de grande importância para Olinda, pois, a exemplo de Ouro Preto, passará a contar com amplo suporte técnico por parte da UNESCO para a preservação de seu acervo cultural. Como Patrimônio Cultural da Humanidade, Olinda merecerá atenção especial dos organismos internacionais, abrindo maiores perspectivas de cooperação técnica de conservação e restauração com países onde tais setores são desenvolvidos. A cidade poderá recorrer ao Fundo Paralelo do Setor de Patrimônio da UNESCO, caso necessite de recursos humanos na área de planejamento, investigação e restauração, e, em caso de catástrofe, receberá de imediato ajuda financeira desse Fundo.

Para o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, presente à reunião da UNESCO à frente da delegação brasileira, o título representa "uma grande vitória do Governo e do povo brasileiro, em geral, e do pernambucano, em particular". No seu entender, os olindenses terão um motivo a mais para lutar pela preservação da cidade.

"O tombamento de um bem cultural brasileiro é de grande importância para nós junto à comunidade internacional e contribui significativamente para o esforço da fusão da cultura brasileira que está sendo feito pelo Ministério da Educação e Cultura", disse, ainda, o Secretário, ressaltando o aspecto moral e político e o prestígio mundial embutidos no título conferido pela UNESCO. "Os grandes especialistas da UNESCO em restauração de talhas, tecidos, edificações e os técnicos internacionais se voltam para este bem cultural com maior interesse", completou.

MONUMENTOS

Situada a sete quilômetros de Recife, Olinda foi fundada em 1537 por Duarte Coelho, primeiro Donatário da Capitania de Pernambuco, tendo recebido, inicialmente, o nome de Nova Luzitânia por ser a matriz da civilização ocidental e cristã da América Portuguesa. A cidade - que possui o primeiro convento franciscano edificado no Brasil, em 1577 - logo se tornou um centro intelectual com a criação do Colégio dos Jesuítas, onde os religiosos davam cursos superiores.

Incendiada em 1631 pelos holandeses, Olinda perdeu a maior parte



Fernando Bizerra

Mosteiro e Igreja de São Bento, sede dos primeiros cursos jurídicos do país.



Fernando Bizerra

Igreja de Nossa Senhora da Graça, uma das mais antigas de Olinda.

Novembro/Dezembro 1982

BIBLIOTECA IPHAN NORONHA SANTOS

SPHAN 21
*pró*Memória



Fernando Bizerra

Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia, terceiro hospital do Brasil.



Fernando Bizerra

Peça do acervo de obras sacras do Museu de Arte Sacra de Pernambuco, com sede no Palácio dos Bispos, em Olinda.

do seu acervo arquitetônico. Mesmo assim, sobraram-lhe cerca de 10 km^2 do sítio histórico, tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nesse núcleo, agora monumento mundial, destacam-se as Igrejas da Sé, de Nossa Senhora do Monte e de Nossa Senhora da Graça, todas construídas antes de 1540. Ainda do século XVI, foram erigidas as Igrejas de São João Batista dos Militares e do Carmo de Olinda.

A Igreja de Nossa Senhora do Monte é a mais antiga da cidade; foi construída em 1537 e nela funcionou o Convento dos Beneditinos a partir de 1596. Nesse mesmo ano foi edificada a Igreja da Sé, sede da primeira paróquia do Nordeste e hoje Catedral da Arquidiocese de Olinda.

Do século XVII, estão de pé o Mosteiro de São Bento, o Sobrado Mourisco, a Igreja e Convento de Santa Tereza, o Palácio dos Governadores, a Matriz de São Pedro Mártir, o Convento e Igreja de São Francisco (foto da página 1), a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, o Fortim do Queijo, o Mercado da Ribeira e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Além desses monumentos, calcula-se que o núcleo histórico possui mais de 200 construções, entre casas, museus, bicas, capelas e ruínas históricas.

A Igreja de Nossa Senhora da Misericórdia foi fundada em 1540, durante o reinado de Dom Sebastião. Mostra na entrada as armas e o brasão do rei. Sua importância não é só arquitetônica. Lá funcionou o terceiro hospital do Brasil e ainda o primeiro dispensário de doentes mentais do Estado, extinto em 1883.

A Igreja de Nossa Senhora das Neves, pertencente ao primeiro convento franciscano do Brasil, tem o altar-mór em puro estilo colonial. Anexo a ela, existe a Capela privada da Ordem Terceira, dedicada a Sant'Anna. O forro da Igreja de Nossa Senhora das Neves é pintado a mão, apresentando vários painéis, a torre data do século XVII.

A Igreja de Nossa Senhora do Carmo abrigou as primeiras Carmelitas Descalças do Brasil. Uma de suas mais belas peças é a imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, talhada em madeira em 1722 por artista desconhecido. A Igreja de São Bento, edificada em 1582, foi sede da primeira escola de veterinária e agronomia de Pernambuco e dos primeiros cursos jurídicos do Brasil, que funcionaram até 1827.



Fernando Bizerra

Igreja de Nossa Senhora do Carmo, abrigou as primeiras Carmelitas Descalças do Brasil.

A Igreja de Guadalupe, padroeira do México, é o único monumento da América Latina edificado em memória dessa Santa. Foi construída pelo Barão de Guadalupe e seus escravos, em 1626, em virtude de o Barão do Amparo não permitir na época a presença da família e dos escravos do Barão de Guadalupe nos ofícios religiosos da Igreja do Amparo.

Com cerca de 260 mil habitantes, distribuídos numa área de 29 km^2, Olinda é o segundo município brasileiro de maior densidade demográfica - 12 mil habitantes por km^2. A cidade vem sofrendo os padecimentos inerentes aos grandes centros, o que acaba por causar problemas à preservação de todo o seu precioso acervo arquitetônico, de inestimável valor histórico-artístico-cultural.



Fernando Bizerra

Mercado da Ribeira, do século XVII, um dos pontos referenciais de Olinda.

Brasil apresenta lista de bens à UNESCO

Durante a reunião plenária, em Paris, a delegação brasileira apresentou ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, para apreciação, uma relação de bens culturais e naturais, suscetíveis de serem indicados pelo Brasil para, futuramente, integrarem a lista de Patrimônios Culturais da Humanidade. Trata-se de uma relação indicativa, apresentada para cumprir um dispositivo do organismo que manda que os países-membros apresentem uma lista e um conjunto de sugestões para serem analisadas no futuro. (SPHAN nº 15 pág. 19).

A lista apresenta uma série de inovações, tais como a inclusão de bens contemporâneos - Palácio da Cultura, no Rio, antiga sede do Ministério da Educação e Saúde (SPHAN nº 18, pág. 4) - e de bens naturais, como o Parque Nacional do Pantanal Matogrossense.

Entre os monumentos da lista de sugestões um já está em condições de ser examinado em 1983, pois foi apresentado sob a forma de um projeto: trata-se das ruínas de São Miguel das Missões, no Município de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul (SPHAN nº 20, pág. 25).

Além do Palácio da Cultura, das ruínas missioneiras de São Miguel e do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, integram a relação os seguintes bens:

Centro Histórico de Salvador (Bahia) - constitui a maior parte do núcleo mais antigo da cidade fundada em 1549, como sede do Governo Geral do Brasil, no alto de uma elevação à beira da Baía de Todos os Santos. Entre suas praças e logradouros mais característicos destacam-se o Terreiro de Jesus e o Adro de São Francisco, o Largo do Pelourinho, a Escada Barroquinha e de Santo Antônio. Aí se encontram a Sé, o Convento e Igreja de São Francisco e da Ordem Terceira Franciscana, Igreja do Rosário dos Pretos, Igreja e Convento do Carmo e solares dos séculos XVII, XVIII e XIX, entre outros.

Santuário do Bom Jesus do Matosinhos, Congonhas (Minas Gerais) - trata-se de monumento de valor histórico, religioso, paisagístico, arquitetônico e escultórico, originado dos congêneres europeus e principalmente dos da região norte de Portugal. Suas edificações atuais, igreja e adro, foram construídas no topo de uma elevação contornada por vales, nas décadas de 1760/80. Lá estão os profetas do Aleijadinho.

Igreja e Mosteiro de São Bento, Rio de Janeiro (RJ) - Localiza-se em um dos quatro morros do núcleo seiscentista e setecentista do Rio de Janeiro. Construído a partir de 1617, foi sendo constantemente ampliado e enriquecido com talhas e pinturas, obras de arquitetos, escultores, entalhadores e pintores ao longo dos séculos XVII e XVIII e início do século XIX.

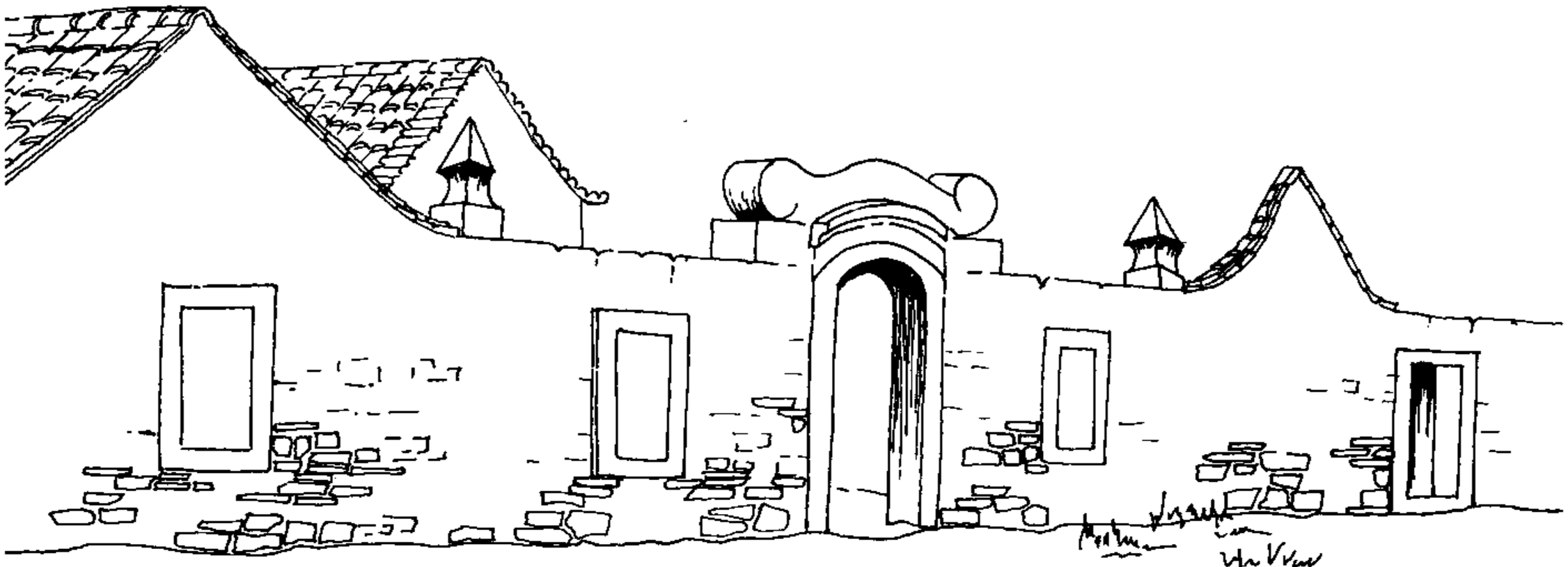
Igreja e Convento de Santo Antônio da Ordem Terceira de São Francisco, João Pessoa (PB) - é um dos mais importantes conventos franciscanos do Nordeste brasileiro, apresentado, no todo, uma tipologia própria e diferenciada dos demais existentes, tanto no Brasil quanto em Portugal. O conjunto arquitetônico do século XVIII é enriquecido com talhas e pinturas da época.

E mais: o Parque Nacional do Iguaçu, o Parque Nacional da Serra da Bocaina (RJ/SP), o Parque Nacional do Pico da Neblina (AM), a Reserva Biológica do Atol das Rocas (RN), a Estação Ecológica de Taim (RS) e a Estação Ecológica do Raso da Catarina (BA). Esta relação de bens naturais e reservas ecológias foi elaborada após estudos e consultas da Secretaria da Cultura do MEC juntamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão do Ministério da Agricultura, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior, e a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza.

Novembro/Dezembro 1982

SPHAN 21
próMemória

Arqueologia:
Reaberto o Museu de Itaipu, em Niterói (RJ)



Remanescentes do "Recolhimento de Santa Tereza"

O desenvolvimento de um programa educativo-cultural voltado não só para as escolas e a comunidade local (formada em sua maioria por pescadores), como também para o público universitário e o turismo. Este é o objetivo primordial do Museu de Arqueologia de Itaipu, situado nos históricos Remanescentes do Recolhimento de Santa Tereza, em Niterói (RJ), e reaberto no dia 24 de novembro último, após ter permanecido fechado durante dois anos por falta de pessoal. A solenidade de reabertura do Museu contou com a presença do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, autoridades, convidados, comunidade e teve a apresentação da Banda do Centro de Educação Industrial e Comercial da cidade e do Coral "Acadêmicos de Niterói". A colônia de pescadores participou ativamente do evento, oferecendo, para um coquetel, a produção de um dia de seu trabalho no mar.

Para que o Museu voltasse a funcionar, a 6ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória e a Empresa Niteroiense de Turismo (ENITUR) assinaram, no dia 11 de agosto passado, um termo de cooperação, pelo qual a ENITUR se compromete a fornecer ao Museu, no mínimo, dois guardas de sala e dois monitores para orientar os visitantes, tornando possível, assim, a elaboração de um plano de trabalho educativo-cultural. Por outro lado, fica a SPHAN/próMemória responsável pela gestão técnico-administrativa do Museu, bem como pela promoção das obras necessárias à manutenção e conservação do prédio tombado e inscrito no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico em 1955.

Duas exposições arqueológicas foram montadas no Museu, para a sua reabertura. A primeira, de caráter permanente, se intitula "Aspectos da Pré-história no litoral do Rio de Janeiro", mostra do acervo recolhido na faixa compreendida entre Itaipu e Cabo Frio. Nesta exposição está exposto o material que constituiu mostras anteriores (acervo do Museu de Itaipu e do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e o material cedido por empréstimo, do Instituto de Arqueologia Brasileira. Essas peças são testemunhos dos povos que viveram na região antes de 1500 e mostram exemplares de sua cultura material: machados de pedra, pontas de ossos, adornos, lascas de quartzo com variadas funções, pòlidores, peças cerâmicas, conchas, provenientes dos sítios arqueológicos existentes na área. A segunda exposição, de caráter provisório, denomina-se "Estudando o passado do Homem: o método". São fotos com textos explicativos das várias fases de uma pesquisa de campo e dos principais métodos de datação utilizados. Essas fotos são provenientes da pesquisa realizada por uma equipe do Museu Nacional, nos sítios de Guaíba e no sambaqui de Amourins, Magé (RJ). Vale aqui um esclarecimento: *sambaqui* é a designação dada a antiquíssimos depósitos, situados ora na costa, ora em lagoas ou rios do litoral, formados de montões de conchas, restos de cozinha e de esqueletos amontoados por tribos selvagens que habitaram o litoral americano em época pré-histórica.

Na definição do projeto para o Museu e na montagem das exposições trabalharam, conjuntamente, técnicos da SPHAN/próMemória dos setores de museologia, arqueologia e programação visual. As obras de conservação foram executadas pelo setor de arquitetura. O Museu de Arqueologia de Itaipu está sob a jurisdição da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, responsável pelo patrimônio dos Estados do Rio e do Espírito Santo.

O MUSEU

Situado na praia de Itaipu, em Niterói, o Museu de Arqueologia

compreende os Remanescentes do Recolhimento de Santa Tereza e o sítio arqueológico "Duna Grande". Foi aberto ao público em março de 1977. Alguns sítios arqueológicos existentes na região foram pesquisados e coletados os materiais decorrentes dessas pesquisas, constituindo, parte deles, duas exposições ("Abordagem da Arqueologia Brasileira" e "Blocos Testemunhos") que puderam ser visitadas até o início de 1980, quando o Museu fechou por falta de pessoal.

A exposição "Blocos Testemunhos" constitui o resultado das pesquisas de salvamento realizadas no sambaqui de Camboinhas (Itaipu) por uma equipe de arqueólogos sob a coordenação da professora Lina Maria Kneip, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ, em 1979. A mostra evidencia partes do solo arqueológico com seu conteúdo cultural característico associado à fauna remanescente, artefatos de pedra, vértebras e fragmentos de animais e conchas. Na exposição denominada "Abordagem da Arqueologia Brasileira" esteve exposto o material proveniente das pesquisa arqueológicas realizadas no sambaqui do Forte, em Cabo Frio (RJ). Este sítio arqueológico é representativo de uma cultura de caçadores, pescadores e coletores pré-históricos.



Arquivo SPHAN

Duas exposições foram montadas para a reabertura do Museu: Aspectos da Pré-História no litoral do Rio de Janeiro *e* Estudando o passado do Homem: o método.



Arquivo SPHAN

O sítio arqueológico Duna Grande *se mantém em sua forma original, constituindo-se numa extensão da atividade cultural do Museu de Itaipu.*

CONSERVAÇÃO

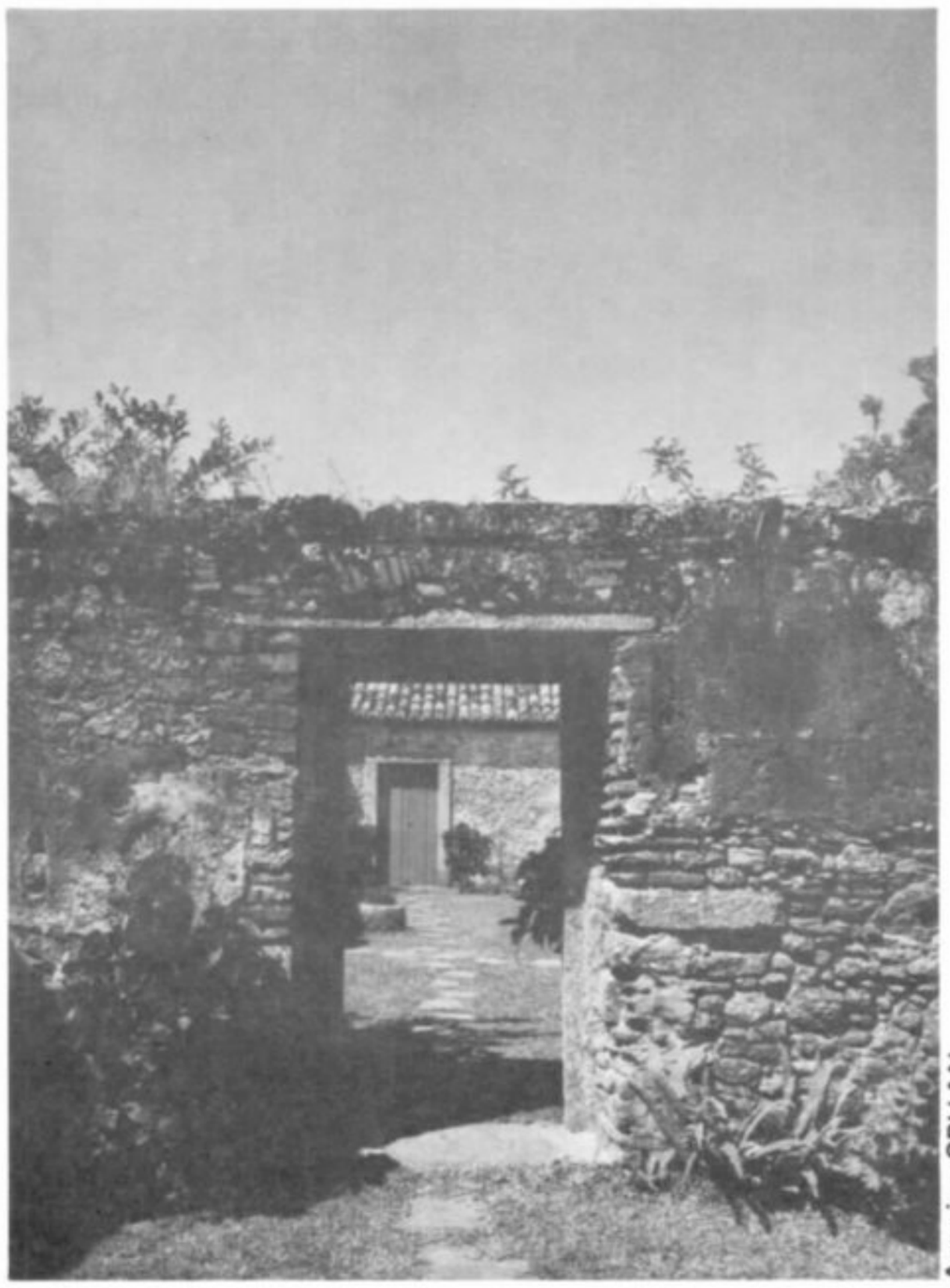
Para a instalação do Museu foi necessária uma série de obras como a restauração da capela interna, a consolidação e a obturação das falhas generalizadas nos paredões externos, a recuperação do corpo localizado na extremidade à direita do monumento, com o aproveitamento apenas das paredes e as conseqüentes obras de adaptação para a instalação do Museu, isto é, da sala de exposição, de administração e dependências sanitárias – com a construção de uma morada para o zelador na ala esquerda do conjunto. As obras foram previstas e realizadas de modo a preservar a ambiência típica dessas ruínas históricas, com permanência da vegetação nativa brotada sobre as muralhas e fazendo-se o plantio de relva nos chãos dos pátios e recintos a céu aberto.

A Duna Grande se mantém em sua forma original de modo que venha a preencher uma destinação didática que se refere especificamente ao fato da dotação a ser estimada empiricamente através da estratigrafia da composição heterogênea dessas formações, o que se demonstra normalmente por meio de um corte procedido na duna. Por constituir uma formação natural característica e representativa de região de restinga, e, portanto, de especial interesse paisagístico e ecológico, sua área de desenvolvimento já se encontra demarcada, constituindo-se numa extensão da atividade cultural do Museu.

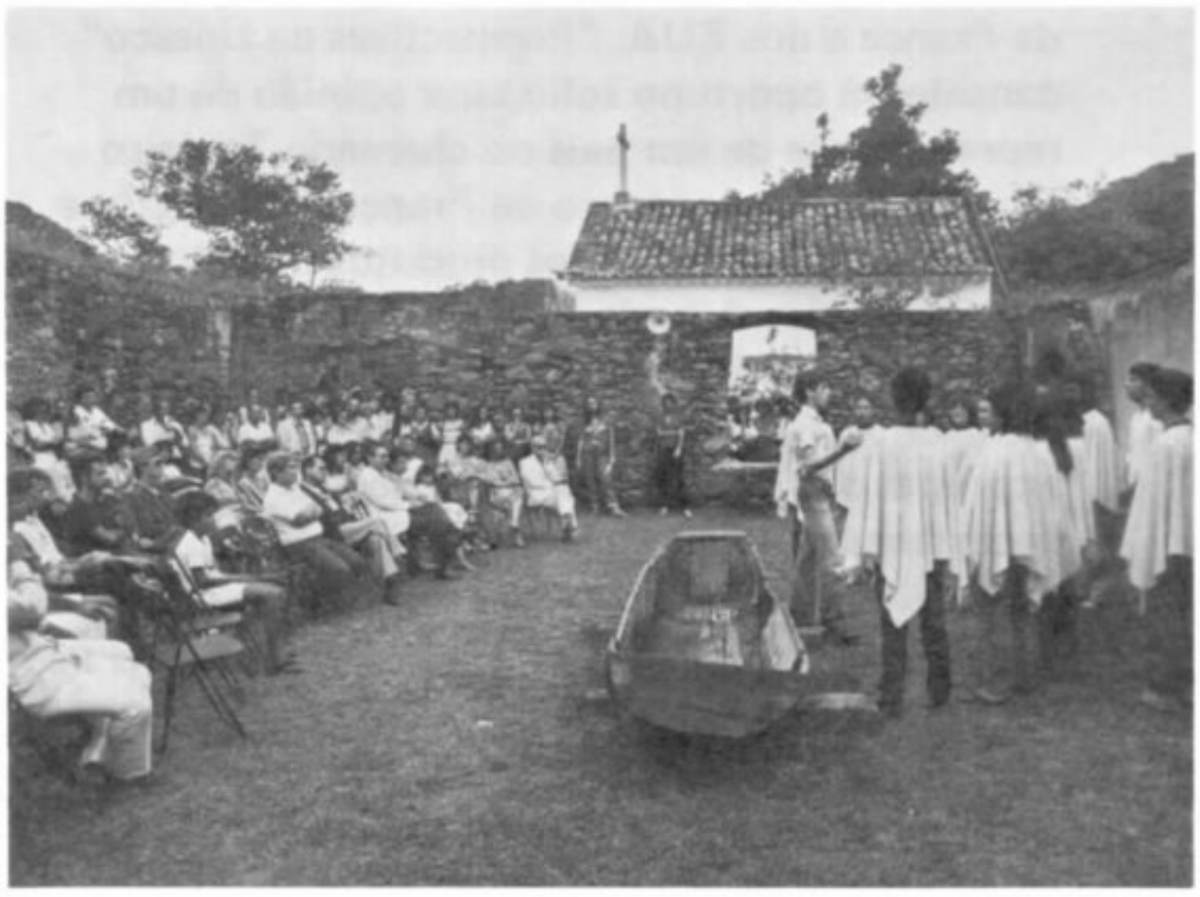
A área de vizinhança do primitivo Recolhimento de Santa Tereza encontra-se desde 1943 sob a tutela do Poder Público, mas seu ato de inscrição no Livro do Tombo do então IPHAN só foi efetivado em janeiro de 1955.



Arquivo SPHAN



Arquivo SPHAN



Arquivo SPHAN

A solenidade de reabertura do Museu de Arqueologia de Itaipu contou com a presença de autoridades, convidados, comunidade e com a apresentação da Banda do Centro de Educação Industrial e Comercial da cidade de Niterói (foto no alto, à esquerda) e do Coral Acadêmicos de Niterói *(foto à esquerda). Na foto acima, vista parcial dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Tereza, ruínas inscritas no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em janeiro de 1955, que abrigam as instalações do Museu de Itaipu.*

Apesar da massa construtiva remanescente da edificação original se constituir de muralhas de alvenaria de pedras corroídas e desmanteladas, este expressivo testemunho do passado acabou sendo resgatado através de um custoso processo de preservação.

O aproveitamento das ruínas se fez de modo que se pudesse nelas instalar um museu vinculado à ocorrência nas suas imediações do sítio arqueológico "Duna Grande". Houve, na época (a restauração durou de 1969 a 1975), dificuldades de ordem legal – judiciária e administrativa e de ordem orçamentária. Somente em 1968 surgiram as primeiras medidas que acautelaram as ruínas da ação deterioradora provocada pela erosão dos ventos e evitaram que o remanescente arquitetônico continuasse a sofrer qualquer tipo de ação predatória.

O trabalho de consolidação e adaptação das ruínas efetuou-se por etapas sucessivas orientadas por critérios técnicos e de acordo com as dotações dos exercícios financeiros, estando a primeira etapa concluída em 1974.

HISTÓRICO

O Convento de Santa Tereza de Itaipu situa-se na faixa litorânea do Município de Niterói. O antigo nome do lugar era Itaipuig e pertencia à Freguesia de São Sebastião. Aí se ergueu antes de 1716 uma capela que teve inicialmente – como informa o velho historiador João de Souza Azevedo Pizzaro e Araújo – prerrogativa de paróquia, sendo seu primeiro pároco o padre Manuel Francisco da Costa, confirmado em suas funções a 4 de julho de 1755.

Junto à matriz, Manuel da Rocha fundou em 1764 um recolhimento de mulheres. Embora não houvesse permissão régia, a 17 de junho desse ano ingressavam as primeiras freiras e as mulheres que deveriam cumprir "castigos de culpa". O Bispo D. José Joaquim Justiniano pediu a intervenção do Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos e Souza junto à rainha Dona Maria I, que confirmou a nova instituição.

OPINIÃO

A Conferência do México sobre Políticas Culturais: A propósito de indústrias culturais e de identidade nacional

A conferência mundial sobre políticas culturais, organizada pela UNESCO, no México, de 26 de julho a 6 de agosto de 1982, adotou por consenso ou unanimidade 129 recomendações relativas a âmbitos distintos como o patrimônio cultural ou os vínculos da cultura com a ciência, entre outros. Em seu transcurso, manifestaram-se diversas concepções sobre os intercâmbios culturais e, por conseguintes, as indústrias culturais. Duas posições, sobretudo, foram destacadas pela imprensa de todo o mundo que dedicou muito espaço às intervenções da França e dos EUA. "Perspectivas da Unesco" considerou oportuno solicitar a opinião de um representante de um país do chamado Terceiro Mundo que, ao contrário da França e dos EUA, é sobretudo importador dos produtos da cultura. O Embaixador Alfredo Tarre Murzi, Delegado Permanente da Venezuela junto à UNESCO, é Presidente do Grupo dos 77. As opiniões aqui expressas são as suas próprias e não refletem, necessariamente, as da UNESCO.

Alfredo Tarre Murzi

O conceito moderno de indústrias culturais ficou claramente estabelecido na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais celebrada no México entre 26 de julho e 6 de agosto deste ano. Foi necessário, porém, um debate crucial nas sessões plenárias e nas comissões para que este conceito viesse à tona em meio ao emaranhado de documentos, recomendações e discursos.

Os delegados da Ásia, África e América Latina regressaram da Conferência do México plenamente convencidos de que em nosso mundo existe uma realidade geopolítica dramaticamente desfavorável e oposta ao desenvolvimento de políticas culturais autênticas, nacionais, soberanas e independentes que respeitem a identidade cultural de cada Estado e de cada povo. No Ocidente, há poderosos interesses comerciais, financeiros e políticos que se opõem ao fomento da cultura com um impulso de afirmação nacionalista e ao desenvolvimento da identidade cultural como baluarte anti-colonia-

lista. Nos países do Leste, também se observam ingentes razões e interesses de caráter político, ideológico e estratégico para frear ou impedir o desenvolvimento aberto da cultura, o que se deve a enormes restrições impostas pelo Estado.

OS INTERCÂMBIOS CULTURAIS COMO FATORES DE DISTENSÃO

Mas nos flancos de ambas as concepções — que coincidem no propósito restritivo — o Terceiro Mundo fixou claramente, no México, sua firme vontade de lutar para obter, através da política cultural, o cumprimento de um novo programa da Unesco que permita a médio e a longo prazo a realização de uma mudança sensível na imagem espiritual da humanidade. Além disto, pôs-se em relevo, no México, que, por meio da cultura e do desenvolvimento das políticas culturais, assim como através do intercâmbio cultural, pode-se conseguir a distensão internacional e semear gratificantes postulados de paz. A aprovação da Declaração Final, cujo projeto as delegações da Venezuela e do México haviam elaborado, foi uma boa mostra da aproximação e do entendimento que se podem lograr graças à cultura.

Na hora de implementar os princípios adotados no México, será necessária uma maior dose de boa vontade por parte das nações industrializadas para que os Estados da Ásia, África e América Latina membros da Unesco recebam os benefícios oriundos da ação internacional, sejam bilaterais ou multilaterais. Entre estes benefícios está o programa de desenvolvimento das indústrias culturais como premissa fundamental para defender a identidade cultural e preservar a soberania cultural.

Como o revelou o informe da Comissão MacBride e como o demonstram os estudos da Unesco, a situação dos países da Ásia, África e América Latina é sem dúvida dramática no que concerne a participação popular nas diversas manifestações da cultura. Se nos limitarmos a observar os povos latino-americanos, verificaremos quão aterradores são a carência de indústrias culturais, os atentados contra a identidade cultural, as incursões contra a soberania cultural, os controles sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, a submissão dos meios de comunicação, as interferências nos intercâmbios culturais sob o signo neo-colonialista e, sobretudo, a enorme e trágica porcentagem de analfabetismo.

AS INDÚSTRIAS CULTURAIS E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO

A Declaração do México considera indispensável o estabelecimento de indústrias culturais sempre que a produção e a difusão de bens culturais respondam às necessidades do desenvolvimento integral de cada sociedade. É precário o desenvolvimento cultural ou de indústrias produtoras de bens culturais onde não há desenvolvimento econômico e social que permita a criação de uma infra-estrutura de meios tecnológicos idôneos para promover o livro, o cinema, o rádio, a televisão e a imprensa. Além disto, enquanto não se levarem em conta e não se respeitarem os traços étnicos, históricos e culturais de cada povo ou sociedade, o desenvolvimento poderá ser nocivo à identidade cultural. Deve-se recordar sempre o que se disse no México: a cultura é parte integrante da transformação global da sociedade.

É necessário que se promova na América Latina o estabelecimento de empresas industriais da cultura de caráter misto, isto é, advindas da iniciativa do Estado ou de particulares, segundo as características e exigências de cada país, tendo sempre o cuidado de supervisionar e controlar as inversões estrangeiras no domínio da educação e cultura. Deve-se respeitar a livre circulação das idéias e dos produtos culturais, desde que não atente contra a identidade cultural e a soberania cultural dos Estados. A formação de sociedades mistas para produzir bens culturais, especialmente filmes, discos, cassetes, estações de rádio e televisão, etc., poderia integrar um programa dinâmico de desenvolvimento cultural nos países da América Latina, sob orientação da Unesco e com colaboração técnica ou financeira de algumas nações industrializadas. A Conferência do México abriu uma esperança para os países em desenvolvimento porque pode ser o ponto de partida de uma ação cultural mais intensa e pragmática que se baseie no respeito à fisionomia de cada nação e à independência de cada Estado.

Artigo publicado no boletim Perspectivas de la UNESCO.

Traduzido do espanhol por Marcos Bagno.

GOIÁS

CONCLUÍDA A RESTAURAÇÃO DA CASA DA PRINCESA, EM PILAR

A Casa Setecentista de Pilar encontra-se completamente restaurada. A última etapa das obras de restauração da Casa da Princesa, como também é conhecida, constituiu-se na confecção e colocação das esquadrias de madeira do avarandado da fachada posterior. O desenho das janelas e de suas bandeiras fixas, com almofadas com entalhes vasados, se baseou em pesquisas sobre fotos antigas realizadas nos arquivos da 8ª DR da SPHAN/próMemória, autora do projeto de restauração, executado pela Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás – SUPLAN.

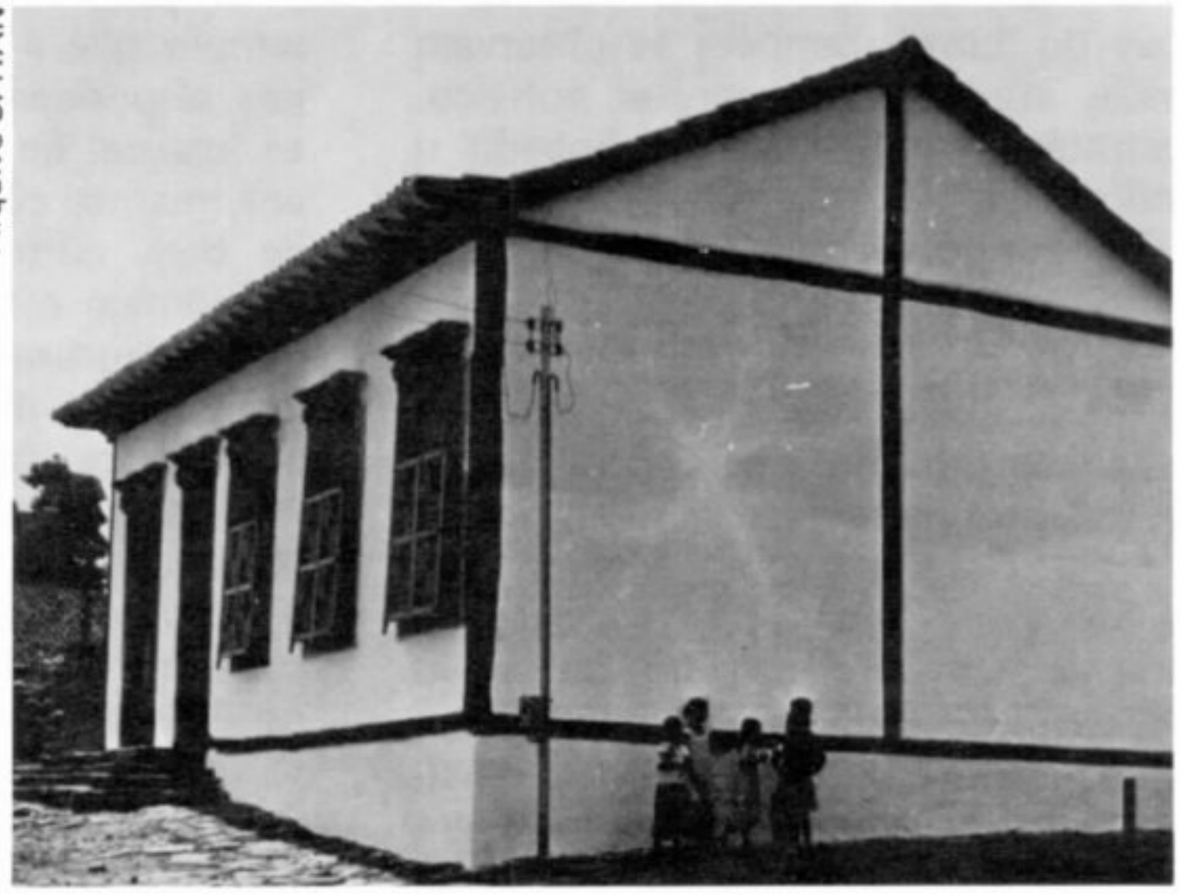
MUSEU

Em junho de 1981, durante a realização da Festa do Divino de Pilar de Goiás, a Casa de Rótulas e Forro Pintado foi desenvolvida à comunidade para abrigar o Museu da Casa Setecentista. A utilização da Casa foi definida acatando-se sugestões da própria comunidade, de organizar e transformar o museu num organismo vivo, expressão cultural da localidade (SPHAN nº 12, pág. 17).

O imóvel, localizado na Rua da Cadeia, constitue-se, juntamente com a Casa de Rótulas da Rua da Matriz, num dos raros exemplares da arquitetura do Ciclo do Ouro em Goiás. As duas casas repetem partido muito semelhante, em planta, assim como em alguns detalhes arquitetônicos: janelas com rótulas, beirais "encachorrados" (sustentados por peças de madeira, chamadas "cachorro"), avarandados nas fachadas posteriores, pátios internos e, no caso do Museu, forros pintados, nas duas salas da frente, com cenas de caça e temas florais.

A Casa Setecentista de Pilar, monumento tombado em 1954, faz parte da III Unidade Museológica do antigo IPHAN, que tem sede no Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás. Durante os anos de 1979 e 1980, a Casa passou por diversas obras de restauração e adaptação à sua nova utilização. Foram substituídos 50% das telhas e do madeiramento do telhado; os forros pintados foram protegidos com folhas de zinco: a parede lateral direita, que desabara, foi reconstruída, assim como o muro que limita o terreno da Casa; as instalações elétricas e hidráulicas foram reformadas e as pinturas internas e externas, refeitas.

Arquivo SPHAN



A Casa da Princesa foi totalmente restaurada e devolvida à comunidade de Pilar para abrigar o Museu da Casa Setecentista. O imóvel constitui-se em um dos raros exemplares da arquitetura do Ciclo do Ouro em Goiás.

CIDADE DE GOIÁS TEM DE VOLTA MONUMENTOS RESTAURADOS

Diversas obras de restauração foram recentemente concluídas na cidade de Goiás. O Museu das Bandeiras (antiga Casa de Câmara e Cadeia), as igrejas de São Francisco de Paula, Nossa Senhora d'Abadia e Santa Bárbara e a casa de nº 15, na Praça Castelo Branco, tiveram seus projetos de restauração elaborados pelos técnicos da 8ª DR da SPHAN/próMemória e executados pela Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado de Goiás - SUPLAN.

MUSEU

A antiga Casa de Câmara e Cadeia de Goiás foi construída no século XVIII, provavelmente por volta de 1761, segundo projeto existente no Arquivo Nacional Português de Marinha e Ultramar, no reinado de D. José I. Situada em local privilegiado, na parte mais alta da Praça do Chafariz, foi doada pelo Estado de Goiás à União Federal, em 1949, para nela a então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, instalar um Museu Histórico. Fundado na década de 50, o Museu das Bandeiras permaneceu sem a organização e o aparelhamento necessários ao seu funcionamento regular, até 1966.

Seu acervo é constituído de peças antigas do artesanato goiano, de um riquíssimo arquivo de documentos históricos sobre a administração da Capitania e da Província de Goiás, assim como de peças do mobiliário colonial goiano, elementos de arquitetura e de talha religiosa, utensílios domésticos e exemplares da imaginária dos séculos XVIII e XIX.

As obras realizadas no Museu das Bandeiras, monumento tombado pela SPHAN em 1951, consistiram na colocação de forros do tipo "saia-e-camisa" (forros de tábuas sobrepostas), no 2º pavimento, para preservar o arquivo histórico do Museu contra goteiras, morcegos e poeira; em serviços de drenagem no pátio interno e no jardim ao lado da fachada lateral direita; na revisão da cobertura; na recuperação do tabuado do piso; na restauração da borda do poço d'água existente no pátio interno; além de serviços de pavimentação, pinturas interna e externa e instalações elétricas.

IGREJAS

As três igrejas recuperadas são monumentos do século XVIII, tombadas pela SPHAN em 1950. A Igreja de São Francisco de Paula, a terceira construída em Goiás, em 1761, tem

sido beneficiada com diversas obras de restauração e conservação, desde o seu tombamento.

Os serviços realizados na Igreja de São Francisco compreenderam a revisão geral das instalações elétricas, a substituição das portas laterais de entrada, por questões de segurança, e a instalação de um alarme contra roubo, assim como a execução de serviços de drenagem e cobertura, para resolver o problema de infiltração na parede posterior da capela-mór. As obras de maior vulto, realizadas em 1974/75, incluíram a restauração da torre sineira de madeira, construída no século XIX e a proteção, com folhas de zinco, dos forros pintados do monumento, entre outras. A proteção dos forros, no entanto, não impediu que as goteiras danificassem seriamente as pinturas, que deverão ser recuperadas em uma próxima etapa de obras.

A Igreja de Nossa Senhora d'Abadia é a mais recente das antigas igrejas de Vila Boa de Goiás. Foi constuída com esmolas do povo, em 1790, e forma, com o casario que sobe desde o Largo do Rosário até o cruzamento com a Rua Voluntários da Pátria, um conjunto arquitetônico de relevante interesse dentro do Roteiro Histórico e Artístico de Goiás. Os serviços de conservação consistiram na reparação das esquadrias de madeira e do forro do consistório; na imunização do madeiramento do telhado; na proteção dos forros pintados da nave e da capela-mór; na colocação de telas de arame sineiras dos campanários, para evitar o pouso de pombos; além da revisão das instalações elétricas e das pinturas interna e externa.

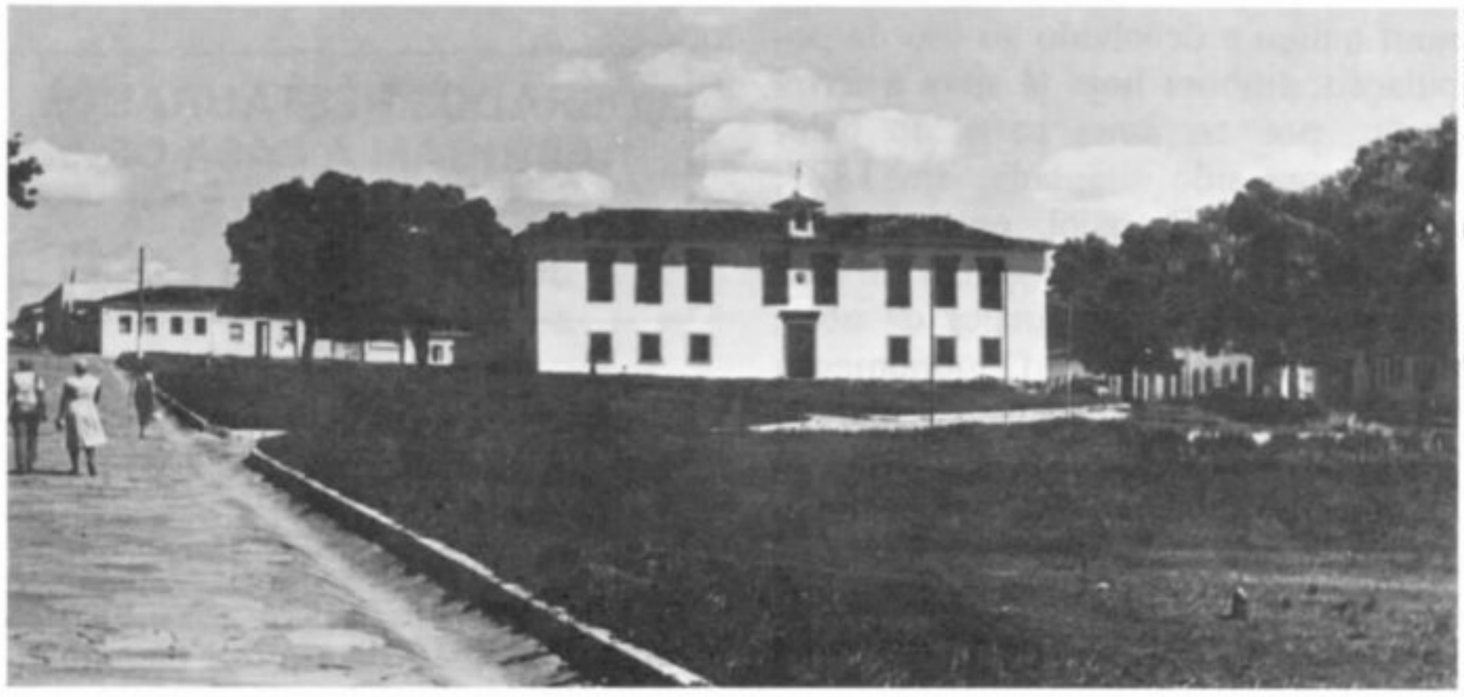
Erigida sobre um outeiro, de cujo adro se avista toda a cidade, a Igreja de Santa Bárbara teve sua construção concluída em 1780. "Desfrutam-se deste lugar os mais belos golpes de vista", diz o historiador Cunha Mattos ao tratar dos Edifícios Notáveis de Goiás. Revestido de lajes de pedra e murado, o adro contorna todo o templo; à sua frente localiza-se o cruzeiro.

A última grande obra de restauração na Igreja de Santa Bárbara foi em 1973. Nos anos de 1975, 1976 e 1977 foram realizadas obras de conservação. Os serviços agora efetuados compreenderam a revisão das instalações elétricas, com adaptação de projeto especial para a nave e capela -mór;



Arquivo SPHAN

A Igreja de Nossa Senhora d'Abadia, a mais recente das antigas igrejas de Vila Boa de Goiás, foi construída com esmolas do povo, em 1790, e está inscrita no Roteiro Histórico e Artístico de Goiás.
Na foto abaixo, uma vista do Museu das Bandeiras, sediado na antiga Casa de Câmara e Cadeia de Goiás, construção do século XVIII.



Belmira Finageiv/FNPM

a substituição e reparo de algumas esquadrias e a colocação de barras de ferro, pelo lado interno, por questões de segurança; a reconstrução de uma parede, que ruiu, por cima da porta de acesso do corredor lateral esquerdo; a imunização das peças de madeira do monumento; o remanejamento das telhas, para sanar as goteiras; reparos no adro e na base do cruzeiro; e pinturas interna e externa.

CASA Nº 15

A casa de nº 15 da Praça Castelo Branco, tombada em 1978, está incluída no Roteiro Histórico de Goiás. Sua proprietária, não dispondo de condições financeiras para realizar as obras de que carecia o prédio, que se encontrava em mau estado de conservação, solicitou o apoio da 8ª DR.

A casa, inserida num correr de outras com características arquitetônicas do século XVIII, destaca-se no conjunto por apresentar características próprias, do final do século passado e início deste. Os serviços realizados constaram de: estabilização dos cômodos da frente e amarração com a parede da fachada principal, construção de duas novas paredes, remanejamento das telhas e substituição das quebradas, substituição de peças do madeiramento do telhado e pintura.

MARANHÃO



Arquivo SPHAN

A restauração do Forte de Santo Antônio está entre as prioridades da 2ª Diretoria Regional.

FORTE DA PONTA D'AREIA PODERÁ SER RECUPERADO NO PRÓXIMO ANO

A 2ª Diretoria Regional da SPHAN/ próMemória espera obter, para 1983, os recursos necessários à recuperação do Forte de Santo Antônio, localizado na praia da Ponta d'Areia, em São Luís (MA), que se encontra com sua estrutura ameaçada pelo precário estado de conservação da obra. Dentre as medidas já tomadas pelo Patrimônio, nos últimos dois anos, está o levantamento técnico das características do forte visando ao trabalho de restauração, e o embargo da construção de um clube nas proximidades de Ponta d'Areia, que poderia prejudicar o conjunto arquitetônico representado pelo forte.

Uma vez restaurado, o Forte de Santo Antônio seria transformado num museu e devolvido ao uso da população, embora hoje já sirva à navegação, por ter uma parte do paiol de pólvora sido adaptada, em 1827, como farol. O paiol possui ainda 16 canhões (dos 22 originais) e fica próximo ao conjunto maior da obra, datada do século XVII. O monumento compreende uma muralha circular de pedra lavrada sobre uma plataforma de cantaria e duas edificações, parcialmente arruinadas, em seu interior, utilizadas como alojamento do destacamento e armazém, no período de sua ocupação militar.

Segundo o historiador César Marques, o forte, construído com o objetivo de proteger a ilha dos ataques militares externos, não chegou a ser concluído por ter, a princípio, um caráter temporário. Sua observação se baseia numa carta, datada de 1689, da Câmara de São Luís ao Governador, encarregando-se de dar andamento à obra que teria sido abandonada pelo seu responsável, o Sargento-Mór Antônio Barros Pereira.

Em 1691 a construção foi reiniciada com bastante dificuldade, em virtude da carência de mão-de-obra, materiais adequados, o que contribuiu para tornar a edificação mal feita, pouco resistente ao tempo.

O passado histórico do forte registra ainda a revolta contra o presidente Bruce, comandada pela artilharia de Manoel Joaquim Gomes, em 1824, que ali amotinou-se e formou um pequeno governo denominado "Junta Temporária", que era submissa à Junta Expedicionária do Rosário. O motim durou pouco, sendo abafado pelo fogo dos fortes de São Luís e São Marcos.

SOBRADOS RESTAURADOS ABRIGAM A CASA DE CULTURA JOSUÉ MONTELLO

A restauração dos sobrados 34 e 42 da Rua do Ribeirão, em São Luís (MA), já está concluída. Nos imóveis recuperados funcionará a Casa de Cultura Josué Montello, que abrigará livros, objetos e papéis do escritor maranhense, e deverá se constituir em um centro de altos estudos literários, com ênfase na literatura maranhense, para a preparação de teses e livros de estudos superiores. A instituição será inaugurada no próximo dia 23 de janeiro.

Os sobrados fazem parte do conjunto arquitetônico que compõe o Largo do Ribeirão, no centro de São Luís, área tombada pela União e que preserva as características históricas e ambientais do século XVIII. Para o projeto de restauração, elaborado pela equipe do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Fundação Cultural do Maranhão, foram alocados recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados – FDPI, através de convênio assinado entre a Fundação Nacional próMemória e a Fundação Cultural do Maranhão, com interveniência da Secretaria da Cultura. O projeto se enquadrou nos objetivos do Programa de Cidades Históricas e envolveu recursos da ordem de Cr$ 11.105.000,00.

Logo após terem sido adquiridos pela Fundação Cultural do Maranhão, em 1980, para abrigar a Casa de Cultura Josué Montello, os prédios foram tombados através de decreto do Governo do Estado. Caberá à Fundação manter os monumentos em perfeito estado de conservação, agora que foram concluídas as obras de restauração, recuperação e reforma, iniciadas em janeiro de 82.

CARACTERÍSTICAS

Reformas indiscriminadas realizadas nos sobrados ao longo dos anos, acabaram por descaracterizá-los completamente. O de nº 34 é uma construção típica da metade do século XIX, embora sem grande expressão arquitetônica colonial; o de nº 42, sem nenhuma característica de interesse histórico, foi vítima de bár-

bara reforma que o prejudicou integralmente, transformando-o em um prédio de estilo totalmente indefinido.

A recuperação dos imóveis justifica-se na medida em que eles estão localizados em área de interesse histórico, no Largo da Fonte do Ribeirão, onde todos os prédios são tombados pelo antigo IPHAN. Os dois sobrados, por serem contíguos, foram unidos internamente para que sua utilização física fosse comum, surgindo, assim, três pavimentos integrados. No térreo, localiza-se um auditório, destinado a palestras e debates; no segundo pavimento, instalou-se uma biblioteca para estudos e pesquisas literárias; e, no último pavimento, encontram-se as dependências administrativas e um apartamento onde o professor Josué Montello se hospedará quando de passagem pela cidade.

O Largo do Ribeirão representa o coração da cidade de São Luís, com seus prédios que retratam a grandeza por que passou a cidade na época do Brasil Colônia. Através de convênio firmado entre a MARATUR e a Prefeitura Municipal de São Luís, pretende-se revitalizar a área, fazendo-se com que sirva de atrativo turístico. Para tanto, esses órgãos elaboraram um plano que visa ao desafogamento do trânsito, à arborização da área, à retirada de letreiros em acrílico e, principalmente, ao incentivo à restauração das fachadas de alguns imóveis que passaram por reformas descaracterizantes.

EMBARGADA A REMESSA DE BAÚS ANTIGOS PARA O ESTRANGEIRO

O envio de três baús antigos para o exterior foi embargado pela 2ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, quando estes já estavam sendo despachados nas dependências da Delegacia da Receita Federal de São Luís, no dia 19 de novembro passado. As peças, procedentes do Município de Barra do Corda, seriam embarcadas para a Alemanha pelo padre Daniel Lemboushi, e por se tratarem de importantes mobílias datadas, provavelmente, do período colonial e do Império, estão proibidas por lei de serem transportadas para fora do país.

O responsável pelo setor de fiscalização de mercadorias com destino ao estrangeiro da Receita Federal disse que liberou a remessa dos baús face os mesmos não se enquadrarem dentro das exigências da lei, que proíbe o despacho somente de obras de arte e ofícios produzidos no país que possuam mais de 100 anos de idade, e uma das peças estaria datada originalmente de 1909. O Diretor Regional da SPHAN/próMemória, Ivan Celso Furtado, afirmou, porém, ter agido dentro da lei, ressaltando que o embargo foi efetuado justamente para que seja feita a perícia referente à idade dos referidos objetos.

Segundo o Diretor, o embargo foi feito com base na Lei 4845, de 19 de novembro de 1965, em atendimento aos artigos 1º, 2º, 5º e 6º, que proíbem a saída para o exterior de obras de arte e ofícios produzidos no país até o final do período monárquico.

Uma vez periciados e comprovada a data de origem dos baús, estes poderão ser apropriados pela SPHAN/próMemória e incluídos no acervo do patrimônio histórico e artístico do Estado.

PORTÕES DO PASSO DA QUARESMA SERÃO RECONSTITUÍDOS

O inquérito aberto para apurar o desaparecimento dos Portões do Passo da Quaresma, da Rua Henriques Leal, no bairro de Praia Grande, São Luís, revelou que não houve retirada ilegal dos mesmos: apodrecidos, eles ruíram e seus restos devem ter sido carregados por alguém em busca de madeira.

Agora, a 2ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória irá providenciar a colocação de novos portões, redesenhados por técnicos com base na documentação fotográfica existente.

Construído na segunda metade do século XVIII, o Passo da Quaresma é um monumento religioso que servia como parada para orações quando da realização de procissões na época da Quaresma. Seus três degraus são revestidos de pedra de cantaria, possuindo um interior simples, de forma adequada, com humilde altar em alvenaria, em dois planos.



Arquivo SPHAN

O envio dos três baús para o exterior foi embargado com base na Lei 4845, de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída para o estrangeiro de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o final do período monárquico. Agora, está sendo providenciada a perícia para se determinar a idade dos referidos objetos.

INICIADAS AS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO PAÇO DA CIDADE, NO RIO

Com os trabalhos de destelhamento e demolição de paredes, tiveram início no dia 22 de novembro passado as obras de restauração do Paço da Cidade, na Praça XV, no Rio de Janeiro, que deverão ser concluídas dentro de dois anos, envolvendo a participação de especialistas em arquitetura, historiadores, restauradores e técnicos da SPHAN/próMemória (SPHAN, nº 16, pág. 17). Os trabalhos de recuperação do histórico prédio foram inaugurados oficialmente pelo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, que disse que a idéia é recuperar o Paço para que possa servir de sede a órgãos culturais e passe a funcionar como um centro de exposições aberto a toda a população. Lá já funcionam as instalações da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, unidade responsável pela preservação do patrimônio dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (SPHAN nº 17, págs. 9 e 10).

As obras estão orçadas em Cr$ 250 milhões, dos quais Cr$ 206 milhões já estão alocados e foram conseguidos através de empréstimo do Governo da França. O restante será levantado pelo setor público e por contribuições da iniciativa privada.

Segundo informações do Diretor Regional da SPHAN/próMemória, arquiteto Glauco Campelo, as obras de restauração do Paço da Cidade compreenderão três etapas: demolição das construções estranhas ao projeto (o edifício construído em 1950 que fechou o pátio interno e o frontão acrescido ao telhado em desacordo com a arquitetura original), prospecção (abertura de forros e paredes), e a obra de restauração propriamente dita. Os trabalhos de demolição que fazem parte da primeira etapa deverão durar cerca de 60 dias. A partir daí se iniciará o processo de restauração.

"A restauração será toda documentada através de fotografias e filmes. Depois da limpeza de elementos espúrios, nós faremos prospecções para saber o que está escondido, antes da reconstituição do prédio", explicou Glauco Campelo. Ele acredita que o Paço, projetado pelo Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim e construído em 1743, ficará "como um prédio sobre pilotis", quando suas 23 portas e 43 janelas voltarem a abrir para a rua.

Por enquanto, ainda não se pode dizer com precisão qual será a fisionomia definitiva do prédio. Os trabalhos de restauração para preservação das características originais serão amplamente discutidos e decididos gradativamente ao longo da obra. A idéia básica é retirar todas as paredes que destoam do projeto arquitetônico e, com isso, abrir passagens na parte térrea para circulação de pessoas.

O prédio de três pavimentos funcionou como Paço do Governador, Paço de Vice-Reis, Paço Real, Paço Imperial e depois como sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ao longo dos anos, os grandes salões foram sendo reformados para adaptação aos serviços, o que descaracterizou o projeto original. Após a recuperação, para lá deverão ser transferidas as instalações da FUNARTE e alguns serviços da Secretaria da Cultura do MEC que funcionam no Palácio da Cultura. Um núcleo dos Correios será preservado.

O plano da SPHAN/próMemória prevê não apenas a restauração do prédio, como também pretende atingir a toda a área da Praça XV, que ainda hoje guarda aspectos de seu traçado e beleza originais.



Arquivo SPHAN

MUSEU DE BELAS ARTES LANÇA LIVRO SOBRE O SEU ACERVO

O Museu Nacional de Belas Artes lançou em novembro o livro de seu acervo, cuja edição foi financiada pelo Grupo CAEMI. O livro tem 115 reproduções a cores, sendo que três em página dupla. O MNBA recebeu gratuitamente 700 exemplares, que estão sendo vendidos a Cr$ 8 mil na loja do Museu, além de ter ficado com o *copyright* da obra.

A edição é o último fruto da política que a atual direção do MNBA pôs em prática desde que assumiu no final do ano passado: a administração passou, em troca de créditos no trabalho, a conseguir que empresas alheias à cultura financiassem projetos do MNBA.

SALA

Com uma exposição fotográfica de Marc Ferrez sobre a construção da Avenida Central (atual Rio Branco, Rio de Janeiro), foi inaugurada, no dia 7 de dezembro passado, a Sala Bernardelli do Museu Nacional de Belas Artes, após passar por obras de restauração executadas pela João Fortes Engenharia (SPHAN nº 19 , pág. 20). Os trabalhos de recuperação obedeceram às características arquitetônicas da Sala e todos os seus elementos artísticos originais, restabelecendo um espaço para exposições de caráter artístico-cultural, como a promovida sobre a Avenida Rio Branco.

FUNDAÇÃO CASTRO MAYA É INCORPORADA À *pró*Memória

A Curadoria de Fundações, órgão da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, homologou a decisão dos Conselhos Administrativo e Curador da Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya no sentido de pleitear a sua incorporação à Fundação Nacional *pró*Memória, após decretar, por unanimidade de seus membros, em reunião realizada em julho deste ano, a insolvência da instituição frente às dificuldades financeiras que enfrentava.

A Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya, de caráter privado, foi criada em 1962 com a finalidade de promover e divulgar atividades artístico-culturais. Reúne em seus dois museus – o da Chácara do Céu e o da Casa da Estrada do Açude, no Alto da Boa Vista – um dos mais valiosos acervos particulares do país. Esse patrimônio é considerado inalienável, de acordo com os estatutos da Castro Maya. Com a insolvência, ele foi transferido para o Patrimônio da União, que, automaticamente, passou a sua administração à Fundação Nacional *pró*Memória (órgão executor da política do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), tendo em vista que, além de inalienável, trata-se de patrimônio tombado (em 1974, o então IPHAN tombou, pelo valor de seu conjunto, o prédio da Estrada do Açude, incluindo seu acervo histórico e artístico, e o parque paisagístico que o ambienta. Na mesma época, foram tombados também o Museu da Chácara do Céu, em Santa Teresa, e os jardins que o cercam).

Nessa ocasião, começaram os problemas financeiros que acabaram por levar a Fundação Castro Maya à extinção e conseqüente incorporação à *pró*Memória. As dificuldades surgiram quando o Conselho da Fundação vendeu o prédio que lhe servia de sede, na Rua do Ouvidor, para aplicar o dinheiro da venda em operações a termo devidamente registradas pela Bolsa de Valores. Ocorreu, porém, que a Corretora Godói, intermediária na transação, faliu alguns meses depois. A quantia aplicada foi devolvida um ano mais tarde, mas sem os juros correspondentes. A partir daí, a Fundação passou a viver do seu próprio patrimônio financeiro e não mais dos juros, como normalmente ocorre com as Fundações. Com isso, a situação foi se agravando, até chegar à total falta de recursos.

Agora, é intenção da Fundação Nacional *pró*Memória recuperar o Museu da Estrada do Açude, no Alto da Boa Vista, que se encontra fechado há 10 anos. Quanto ao Museu da Chácara do Céu, embora esteja funcionando atualmente, pretende-se torná-lo mais dinâmico.

O ACERVO

Amante das artes mais do que colecionador, como ele mesmo gostava de ressaltar, o industrial carioca (embora nascido em Paris), Raymundo Ottoni de Castro Maya, desde a mocidade, se empenhou em adquirir peças e objetos de arte, com que decorava sua casa, em Santa Teresa, e sua chácara de repouso, no Alto da Boa Vista. Entre os mais preciosos bens recolhidos em sua vida, está uma coleção de mais de 400 aquarelas de Debret, executadas durante a permanência do pintor no Brasil em princípios do século XIX. Por sua raridade, destacam-se também os painéis de azulejos antigos portugueses com figuras. Completam o acervo vasos, estátuas de cerâmica, móveis antigos de jacarandá e inúmeros quadros de autores nacionais e estrangeiros, como Portinari, Djanira, Salvador Dali, Matisse, Juan Miró e Modigliani, entre outros.

Algumas das peças da coleção podem ser vistas atualmente no Museu da Chácara do Céu, doada por Castro Maya, poucos dias antes de sua morte, em 1968, à Fundação por ele criada. As outras, porém, entre elas as aquarelas de Debret, não se encontram mais em exposição, desde que, há 10 anos, foi fechado o Museu da Casa da Estrada do Açude, no Alto da Boa Vista, considerado o verdadeiro museu da cidade do Rio e transformado em sede da Fundação em 1962.

MUSEU FIRMA ACORDO PARA DIFUNDIR A HISTÓRIA DO BRASIL

A Fundação Nacional *pró*Memória, através do Museu Histórico Nacional, assinou, no dia 9 de novembro passado, um protocolo de cooperação técnica com a Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Graus do MEC (SEPS) e o Mobral, para o desenvolvimento de um programa conjunto na área de apoio ao ensino e difusão de História do Brasil a nível de Primeiro Grau, que deverá atender às Secretarias de Estado de Educação e Cultura. Estiveram presentes à assinatura do acordo o Secretário da Cultura do MEC e Presidente da Fundação Nacional *pró*Memória, Marcos Vinícios Vilaça, o Secretário da SEPS, Antônio de Albuquerque Souza Filho, o Presidente do Mobral, Cláudio Augusto Joaquim Moreira, e o Diretor do Museu Histórico Nacional, Gerardo Britto Raposo da Câmara.

Segundo a direção do Museu Histórico Nacional, o objetivo principal do programa "é trazer o conhecimento ativo das raízes históricas e culturais do nosso povo, integrando-o com o momento presente e com a recriação e invenção de novos modos de pensar, agir e viver da população nas dimensões de cada comunidade local, regional e nacional, a partir da produção de textos e materiais audiovisuais sobre História do Brasil, tendo como base o acervo histórico, artístico e documental do Museu Histórico Nacional".

"A incorporação nos currículos e na educação não-formal de indicadores da cultura brasileira busca desempenhar um papel facilitador para a compreensão da evolução histórica do país. Assim é sua perspectiva inserir como elemento vivo do Patrimônio Histórico o valor simbólico dos seus marcos, documentos e peças".

A ação conjunta dessas entidades representa a concretização de diretrizes da Secretaria da Cultura, quanto à sua política, que acentua a necessidade de "tornar mais acessíveis à comunidade os bens culturais", bem como recuperar "as informações contidas no Patrimônio Cultural Brasileiro" e promover "a interação entre educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no Brasil".

NO RIO, A EXPERIÊNCIA ITALIANA DE RESTAURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Numa promoção do Instituto Italiano de Cultura e da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, foi inaugurada, no dia 17 de novembro último, no antigo Paço Imperial (Praça XV, Rio de Janeiro), a exposição "Espaços para o Teatro em Umbria – uma experiência de restauração e revitalização", composta de 28 painéis que expõem um levantamento realizado naquela região da Itália, salientando o importante trabalho de restauração de teatros, visando seu aproveitamento para exibição de peças e filmes. A mostra esteve aberta ao público até o dia 24 daquele mês.

Segundo texto publicado no folheto sobre a mostra, ao abrir suas portas para a exposição, o antigo Paço abre-se também a um amplo debate sobre o seu destino e o seu papel enquanto edifício histórico plantado no coração da cidade. Prevista para começar imediatamente (ver matéria neste número), a restauração do Paço suscita, desde já, no entender dos organizadores, questões como: a restauração/conservação de um prédio histórico é um problema apenas estético ou – como documenta a exposição – é também uma questão social e política?, qual o papel que o edifício preenche na cidade e como sua reutilização torna-se determinante para o espaço urbano?

"Questões como estas, e muitas outras, – prosseguem –, necessitam ser amplamente debatidas para que a recuperação de tão importante prédio ganhe legitimidade. Não se trata de privilegiar nenhum aspecto isoladamente, mas de buscar a harmonia de todos eles, tendo-se em vista, sempre, o interesse maior da cidade".

"No momento em que a defesa do patrimônio histórico e natural do Rio de Janeiro exige constante atenção para compatibilizar a preservação e o progresso, a intenção da SPHAN/próMemória, ao propor uma profunda reflexão sobre o antigo Paço, ultrapassa os limites físicos do edifício e pretende atingir a toda a área da Praça XV de Novembro, que ainda hoje guarda aspectos de seu traçado e beleza originais, ao mesmo tempo em que mantém a sua característica dominante de centro vital da cidade".

A EXPERIÊNCIA DA UMBRIA

De acordo com Giuseppe Pastore, do Serviço Cultural da Região da Umbria, em texto sobre a exposição, na Umbria, para prover à organização de espaços físicos nos quais as atividades teatrais possam desenvolver-se e expandir-se, decidiu partir para a recuperação de teatros históricos que, além de constituir monumentos ligados à história da comunidade, são sobretudo, edifícios especializados e largamente aproveitados, os quais, ainda hoje, na Itália, vêm sendo utilizados pela maioria das produções teatrais.

A Administração Regional, além de ter realizado a catalogação de todas as estruturas teatrais umbrias, necessárias para uma visão geral, elaborou os critérios de intervenção, assegurando à comunidade – a verdadeira protagonista do trabalho de recuperação – a assistência especializada, onde esta se torna necessária.

Simultaneamente à restauração dos teatros históricos em diversos centros desprovidos de teatros, organizam-se projetos de restauração e adaptação de equipamentos de uso teatral, para espaços diversos, tais como antigos cinemas ou igrejas.

Isso permitirá, em tempo relativamente curto, dispor-se de uma estrutura capaz de hospedar idoneamente as atividades teatrais, estendendo-as posteriormente ao âmbito regional e nacional.

Trata-se de um campo onde, pela ausência de qualquer política governamental, opera-se mal, com poucos meios e de forma isolada.

Nesse contexto, a experiência da Umbria, que se encontra no início e com limites evidentes, oferece-se como contribuição para um debate indispensável e urgente, visando sobretudo salvar aquilo que ainda resta do patrimônio dos teatros históricos, numerosos, em certa época, mas atualmente quase todos em ruínas, e que, além de testemunhar a antiga tradição teatral italiana, poderão servir de base às suas modernas atividades (Giuseppe Pastore: "A Recuperação dos Espaços para Teatro na Umbria", tradução de Baby Nobre).

ARTE PLUMÁRIA DO BRASIL FAZ SUCESSO NO MÉXICO

Mais de 10 (dez) mil pessoas já visitaram a Exposição de Arte Plumária do Brasil, que se realiza no Museu de Antropologia da Cidade do México, desde o final de outubro, patrocinada pela Fundação Nacional próMemória, da Secretaria da Cultura do MEC, com a colaboração do Ministério das Relações Exteriores, através da Embaixada brasileira no México, e da Secretaria de Relações Exteriores do Fundo Nacional para Atividades Sociais (FONAPAS).

Em virtude do sucesso de público, a Secretaria de Cultura do MEC atendeu solicitação de dirigentes culturais mexicanos e a exposição, que ficaria aberta até o mês de dezembro passado, permanecerá no Museu de Antropologia da Cidade do México até o final de janeiro de 83.

Composta de 350 artefatos plumários de 37 grupos tribais brasileiros, alguns dos quais já extintos, os objetos da exposição provêm das coleções de quatro museus – Museu Paulista e Museu Plínio Ayrosa, ambos da USP, Museu Paraense Emilio Goeldi, do CNPq, e Museu Nacional da UFRJ, além de 18 colecionadores particulares.

Originalmente montada no Museu de Arte Moderna de São Paulo, a mostra passou a ter, em 1981, a coordenação da Fundação Nacional próMemória sendo levada ao Museu Paraense Emilio Goeldi, em Belém, por ocasião do Encontro de Ministros Participantes do Tratado de Cooperação Amazônica. No mesmo ano esteve exposta também no Palácio Itamaraty, em Brasília. Em maio deste ano, a Exposição de Arte Plumária do Brasil foi levada a Washington fazendo parte dos eventos culturais da programação de visita do Presidente João Figueiredo aos Estados Unidos.

Além dos objetos de arte plumária, o Museu de Antropologia da Cidade do México está apresentando, paralelamente, o sistema de habitação indígena no Centro-Oeste brasileiro e da Amazônia, despertando grande interesse no público da capital mexicana.

SÃO CRISTÓVÃO AVALIA SEMINÁRIO E APRESENTA RECOMENDAÇÕES

Representantes da Fundação Joaquim Nabuco, do Conselho Estadual de Cultura, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Academia Sergipana de Letras e do Lions Clube de São Cristóvão reuniram-se no dia 5 de novembro passado, naquela cidade sergipana, com o objetivo de avaliar com a comunidade o documento final do Seminário sobre Preservação e Valorização do Patrimônio Cultural e Natural da Cidade de São Cristóvão, realizado em maio último (SPHAN nº 18, pág. 14). Estiveram presentes ainda representantes da Universidade Federal de Sergipe, da Empresa Sergipana de Turismo e do Distrito L-14 do Lions Internacional. Do encontro resultou um documento contendo sugestões, reparos e reivindicações, encaminhado a vários órgãos governamentais, inclusive o MEC.

Os participantes da reunião ressaltaram a necessidade de criação de uma Associação de Moradores de São Cristóvão, sugestão contida no documento final do Seminário, mas que até aquela data não se efetivara. Após ampla discussão e colocações procedidas pela plenária e integrantes da mesa, ficou deliberado: 1) - entendimentos com o DER/SE no sentido de estudar ou reestudar o traçado da rodovia que liga o campus universitário à cidade de São Cristóvão, a fim de que seja evitado o tráfego de veículos através do núcleo urbano, com risco de vida para os habitantes e prejuízos para os próprios monumentos históricos; 2) - a necessidade da urgente aprovação do Código de Urbanismo da Cidade, constante do Plano Urbanístico, a fim de disciplinar alguns aspectos do desenvolvimento da cidade; 3) - a necessidade de desenvolver-se ações com vistas a criar oportunidades de emprego na cidade, em vista do fechamento da fábrica existente no Município; 4) - a formação de uma Comissão Executiva, integrada por representantes da comunidade e um Conselho Consultivo, formado por representantes das instituições presentes à reunião (à Comissão Executiva cabe a redação de documentos, contendo sugestões, reivindicações e recomendações que representem as necessidades locais; o Conselho Consultivo fica encarregado de encaminhar os documentos às autoridades competentes, nas áreas federal e estadual).

Além das recomendações citadas, foram aprovadas as seguintes propostas: 1) - revitalização das atividades econômicas locais, dando ênfase à pesca e ao artesanato, atividades básicas para a sobrevivência da comunidade local; 2) - criação de uma cooperativa de artesanato; 3) - conscientização dos artesãos sobre a utilização e comercialização dos seus produtos no posto de artesanato instalado pela Empresa Sergipana de Turismo no sobrado antigo Varandão; 4) - não desmembramento do povoado Rosa Elze, ora integrante do Município de São Cristóvão, em favor do Município de Aracaju; 5) - participação efetiva da comunidade no Festival de Arte de São Cristóvão; 6) - criação da Associação de Moradores de São Cristóvão; 7) - construção de um hotel em São Cristóvão; 8) - reativação da via férrea Aracaju/São Cristóvão, para transporte de pessoas e cargas.

NA LAPA(PR), "CASA VERMELHA" ABRIGA CENTRO DE ARTESANATO

Foi inaugurado no dia 11 de novembro passado, na cidade da Lapa(PR), o "Centro de Artesanato Aloísio Magalhães", em homenagem ao ex-Secretário da Cultura do MEC. O Centro está instalado nas dependências da "Casa Vermelha", a mais antiga edificação da cidade, construída no século XIX, e restaurada através de convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC, da Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná e da Prefeitura Municipal da Lapa.

A "Casa Vermelha" é considerada como um dos edifícios mais significativos do centro histórico da Lapa, por ser a moradia mais antiga do conjunto e pelas suas peculiaridades arquitetônicas. A sua preservação estava prevista no levantamento do acervo arquitetônico-urbanístico da Lapa realizado em 1979 por ocasião da elaboração do seu Plano Diretor Urbano. O Plano Diretor propôs como primeira medida para salvaguardar o imóvel a desapropriação pelo Município, já que se encontrava abandonado na época da elaboração do Plano. Essa proposta foi concretizada, tendo a Municipalidade adquirido e tomado posse da casa, realizando alguns reparos de emergência dado o estado precário em que se encontrava sua cobertura.

Embora não se saiba a data de construção da "Casa Vermelha", presume-se pelas suas características, tratar-se da mais antiga casa de moradia da Lapa, provavelmente erguida na primeira metade do século XIX. A data mais recuada no tempo, revelada pela pesquisa em cartório, é de 1868, ano em que ela é vendida por Manuel Antônio Lacerda e Joana Batista Prestes a Antônio José Mateus.

Nessa escritura de 1868, sabe-se apenas que ela tinha sido doada a Manuel Antônio Lacerda e Joana Batista Prestes por Joaquim Lacerda e sua mulher. A "morada da casa" é descrita como "tendo duas portas e duas janelas para a frente ao nascentes, e para o beco ao lado do Norte, tem duas janelas e um portão com os fundos competentes até a rua das Tropas".

Com a venda, em 1887, para Germano Ehlke e sua mulher, a casa é ampliada para sua utilização como hotel. Com a morte do proprietário, em 1905, o imóvel passa para seus herdeiros, permanecendo o hotel em funcionamento ainda por muitos anos até fechar na década de 40, voltando à função de moradia, alojando duas irmãs, herdeiras do hoteleiro Ehlke. Em 1978, a casa é fechada e posta à venda, sendo no ano seguinte adquirida pela Municipalidade.

A denominação "Casa Vermelha" é de origem popular, devendo-se ao fato dela ser pintada dessa cor há muitos anos, não sendo porém sua coloração original (branco com esquadrias verdes). O maior interesse de sua arquitetura está na coexistência perfeitamente evidenciada das duas fases marcantes de sua história: a morada-comércio tipicamente luso-brasileira erguida em taipa-de-mão com cobertura em telha canal e beiral de "cachorrada" e a ampliação para fins hoteleiros, com traços da influência do imigrante alemão.

Dia da Cultura

SECRETÁRIO DESTACA O PAPEL DA CULTURA NA TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Pelo transcurso do Dia da Cultura e da Ciência, ocorrido a 5 de novembro passado, o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, dirigiu aos escritores, artistas e produtores intelectuais do país, a seguinte mensagem:

"Comemorado desde 1949, quando as Faculdades de Direito do país prestaram homenagem ao centenário de nascimento daquele que foi o maior tribuno e estilista de sua época, Rui Barbosa, o Dia da Cultura e da Ciência, 5 de novembro, é, significativamente, um dia em que o pensamento do Brasil se volta para os que se dedicam às letras, ao teatro, ao cinema, às artes em geral, aos estudos e às pesquisas científicas.

"São esses dedicados operários do pensar, do descobrir e do fazer, que desenvolvem suas atividades transformadoras, às vezes artesanalmente e às vezes de mãos dadas com os avanços científicos e tecnológicos. Eles estão criando as novas perspectivas e ajudando a educar o homem brasileiro para o saber, para a liberdade e para a igualdade. São esses produtores intelectuais a síntese do objetivo de ação e a preocupação maior e constante da Secretaria da Cultura do MEC, seguindo orientação da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz.

"E particularmente neste ano de 1982, o Dia da Cultura e da Ciência tem uma motivação toda especial para ser assinalado no Brasil que, muito justamente e até afetivamente, comemora os oitenta anos do seu poeta maior, Carlos Drummond de Andrade. Sua vida e sua obra são um exemplo dignificante, edificante e de orgulho para as letras nacionais e de valorização da capacidade criativa, do sentimento e de outros valores essenciais que enobrecem o homem universalmente.

"Como Secretário da Cultura do MEC, desejo, neste dia, manifestar minha amlpa confiança nas forças criativas e produtivas da intelectualidade deste país, sempre consciente, atenta e participante nos processos de mudança da comunidade nacional. Mais do que isso, desejo render minha homenagem aos que, através do pensamento e do conhecimento, inovando, renovando e influindo, contribuem, com suas idéias e ações, para o progresso cultural em geral e humano em particular da sociedade brasileira".

OS FESTEJOS NA CASA RUI BARBOSA, FUNARTE E MUSEU IMPERIAL

A Fundação Casa Rui Barbosa comemorou o Dia da Cultura com uma exposição relacionada à vida de Carlos Drummond de Andrade, composta de livros, fotografias e documentos pessoais. A mostra foi inaugurada pelo próprio poeta, com a presença do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, dos acadêmicos Afonso Arinos, Josué Montello, Antônio Houaiss, José Guilherme Merquior, e do romancista Antônio Callado.

Além da exposição, integrante das comemorações dos 80 anos de Drummond, constou da programação pelo Dia da Cultura o ciclo de debates "O Rio de Janeiro na Primeira República", que teve por objetivo traçar um panorama sócio-cultural da época em que Rui Barbosa viveu.

Após conhecer a exposição, Carlos Drummond de Andrade disse que todas as peças da mostra representaram etapas importantes de seu desenvolvimento intelectual. Cerca de 300 pessoas, entre estudantes, professores e admiradores do poeta, visitaram no primeiro dia a exposição que apresentou todos os livros de Drummond editados no país, além de traduções feitas para o inglês, francês, alemão, tcheco, espanhol e holandês. Foram expostos também estudos e teses de mestrados produzidos com base em sua produção literária, fotografias do poeta e de sua terra natal, Itabira, em Minas Gerais, recortes de jornais de todas as épocas, condecorações e partituras que Heitor Villa-Lobos fez para o poema "José". A mostra ficou aberta até o dia 4 de dezembro passado, sendo bastante concorrida.

NA FUNARTE

A Fundação Nacional de Arte – FUNARTE festejou o Dia da Cultura celebrando a memória de Aloísio Magalhães, por coincidência também data de aniversário do artista plástico e ex-Secretário da Cultura do MEC. Para tanto, inaugurou exposição na sua Galeria de Fotografia com *Cartemas*, exemplo de seu gênio criativo. Nessas obras, Aloísio Magalhães trabalhou com cartões postais de um modo simples e inseriu a fotografia em sua vasta produção visual. A mostra permaneceu aberta ao público até o dia 3 de dezembro último.

NO MUSEU IMPERIAL

O Museu Imperial, em comemoração ao Dia da Cultura, realizou a entrega de prêmios aos vencedores do concurso "Rui Barbosa e a Cidade de Petrópolis". O concurso, promovido pelo Museu, teve como participantes alunos da 8ª série de escolas particulares do Município. Na mesma ocasião foi proferida uma palestra sobre "A importância da Cultura", seguida de apresentação dos "Meninos Cantores de Petrópolis" (Canarinhos de Petrópolis), sob a regência do maestro Frei José Luiz Primm.

MUSEU DE ARTE DA BAHIA TEM NOVA SEDE EM SALVADOR

Como parte das comemorações pela passagem do Dia da Cultura, a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, inaugurou em Salvador a nova sede do Museu de Arte da Bahia, instalada num dos casarões do Corredor da Vitória, onde antigamente residiam ricos senhores de engenho. Criado em 1918, o Museu encontrava-se funcionando no Solar Goes Calmon, no bairro de Nazaré, em condições mais ou menos deficientes, por falta de espaço. Em sua nova sede, o Museu terá suas instalações definitivas.

Para abrigar o Museu de Arte da Bahia, o velho casarão passou por uma total restauração, conservando, porém, as suas características arquitetônicas originais. No século XIX, com outra fachada, mais pura que a atual, foi a residência de Cerqueira Lima, um traficante de escravos. Em 1879, foi adquirido pelo Governo Imperial para ser a residência dos Presidentes da Província. Em 1927, foi totalmente

reformado pelo Governador Goes Calmon para ser a sede da Secretaria de Educação e Saúde, e, até há cinco anos atrás, ainda sediava a Secretaria da Saúde.

O Museu propriamente dito ocupa o primeiro andar da casa, onde está exposta a parte principal do seu acervo, formado por cerca de 3500 peças. Destacam-se as porcelanas chinesas da Companhias das Índias e a porcelana européia, o mobiliário dos séculos XVII, XVIII e XIX e a coleção de pinturas, a maior parte pertencente à primeira Pinacoteca da Bahia, organizada pelo inglês Jonathas Abott, um médico conselheiro do Império e incentivador das artes.

O Diretor do Museu, o artista plástico Emanuel Araújo, considera esta coleção da maior importância, mas acha que é preciso uma equipe de especialistas para estudá-la. É que dela fazem parte quadros atribuídos a Caravagio, Goya e pintores da Escola Francesa e Alemã, sem que até hoje ninguém saiba se são originais ou cópias, já que, naquela época, os artistas não tinham o hábito de assinar suas obras. Integram ainda a coleção Jonathas Abott, composta por quase 300 quadros, pintores baianos como José Teófilo de Jesus, Franco Velasco e José Rodrigues Nunes.

Há ainda as Coleções Goes Calmon (porcelanas finas, jóias de crioulas baianas, prataria portuguesa e pintura do pós-impressionismo, louça e mobiliário) e José Pedreira (objetos orientais, móveis, pintura, documentos do Império).

No andar térreo, funcionam o auditório, a biblioteca (com 8 mil volumes de livros de arte) o arquivo e duas salas de exposições temporárias. Integram ainda o Museu oficinas de restauração de porcelanas, mobiliário e pintura.

PROGRAMA VAI RECUPERAR ACERVO DE FILMES ANTIGOS BRASILEIROS

Como conseqüência do incêndio que destruiu, no dia 6 de novembro passado, parte do acervo da Cinemateca Brasileira, no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, e para evitar que novos acidentes continuem a destruir obras culturais, foi criado, no dia 9 daquele mês, o Programa Nacional de Recuperação do Acervo dos Antigos Filmes Brasileiros, coordenado pela Embrafilme e com a participação da Secretaria da Cultura do MEC, da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e da Secretaria Municipal de Cultura, também de São Paulo.

Numa primeira etapa, o programa prevê a imediata transferência de todo o acervo ameaçado para película de segurança. O custo desta fase é de aproximadamente Cr$ 120 milhões com contribuições iguais do Governo Federal, pela SEC/MEC, do Governo Estadual, pela Secretaria de Estado da Cultura, e do Governo Municipal, pela Secretaria Municipal de Cultura. Estima-se em seis meses o tempo necessário para a tarefa, que vem a ser única medida segura com vista a garantir a salvaguarda do acervo sobrevivente de filmes brasileiros. Estão sendo tomadas, ainda, medidas para a mudança do laboratório e dos depósitos de filmes da Cinemateca Brasileira para as dependências do Centro Municipal de Campismo, oferecidas pela Prefeitura paulistana, onde os trabalhos técnicos poderão ser realizados sem risco de novos incêndios.

A primeira etapa do projeto será submeter os cerca de 5 mil rolos de filmes que restam no depósito da Cinemateca a um tratamento especial para torná-los menos sujeitos à combustão espontânea. O programa foi aprovado depois de contatos entre o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, o Diretor-Geral da Embrafilme, Roberto Parreira, os Secretários estadual e municipal de Cultura de São Paulo, João Carlos Martins e Mário Chamie, a Presidente da Fundação Cinemateca Brasileira, Lígia Fagundes Teles, passando por ajustes técnicos do Diretor de Operações não-Comerciais da Embrafilme, Carlos Augusto Calil.

Segundo comunicado divulgado pela Fundação Cinemateca Brasileira e pela Embrafilme, o incêndio que atingiu, na manhã do dia 6 de novembro, o depósito número quatro de filmes inflamáveis da Cinemateca, "teve como causa provável a combustão espontânea dos filmes, tendo em vista a alta temperatura-ambiente, a precariedade das condições dos depósitos e o envelhecimento da película de nitrato de celulose".

"Um total aproximado de 1600 rolos foram perdidos, dos quais cerca de mil eram filmes brasileiros", diz ainda, a nota, que destaca como perdas irreversíveis do patrimônio cinematográfico nacional":

Lote da primeira comissão brasileira demarcadora de limites do Ministério das Relações Exteriores, entre outros títulos: *Campanha do Rio Branco, Limites do Rio Cumina, Fronteira com a Venezuela*; parte do lote da Carriço Film, de Juiz de Fora, entre outros títulos: *Padre Antônio, o Iluminado de Nossa Senhora das Graças, O Carnaval do Centenário em Juiz de Fora, Juiz de Fora volta à Democracia, O Circuito da Gávea em 1936, Aniversário do presidente Getúlio Vargas na Fazenda São Mateus em Juiz de Fora, Minas Gerais sob o Signo de Cristo;* parte do lote de filmes etnográficos depositado pelo Museu do Índio, entre outros títulos: *Índios Urubus, Índios do Nordeste, Os Umutina, Rio das Mortes, Pancarus, Simões Lopes;* parte do lote de filmes brasileiros pertencentes à Cinemateca do Museu de Arte Moderna, do Rio de Janeiro, entre outros títulos: *Meteorito Santa Luiza de Goiás, Cidade do Rio de Janeiro, Trechos da Exposição Técnica de Santos Dumont, Dois Gaúchos em Apuros, Castro Alves, Jornal Amazonense, O Bicentenário de Porto Alegre;* filmes pertencentes à Cinemateca Brasileira, entre eles: *A Polícia Militar do Distrito Federal, 50º Aniversário do Colégio Militar, Marinha de Guerra do Brasil* e o negativo original de som de *Inconfidência Mineira.*

Desapareceu também um grupo importante de filmes estrangeiros pertencentes à Cinemateca Brasileira e ao MAM, em que se destacam os títulos: *Rainha por Nove Dias, La Maternelle, Hollywood às Avessas, Os Mistérios do Mar, Aniki Bobó, O Expresso do Congo, Os Últimos dias de Pompéia, Odisséia de Homero* e a cópia colorida, versão original, de *Rien que les heures.*

próMemória ASSINA NOVOS CONVÊNIOS

A Fundação Nacional próMemória e a Fundação Cultural do Piauí assinaram convênio, em novembro, com a finalidade de alocar recursos financeiros para o projeto de restauração do Palácio Episcopal, em Oeiras (PI). O convênio envolve recursos da ordem de Cr$ 6.250.000,00, tem prazo de vigência de 10 anos e conta com a interveniência da Secretaria da Cultura e da Diocese de Oeiras. Assinaram Marcos Vinícios Vilaça, pela próMemória, Manoel Paulo Nunes, pela Fundação Cultural e Dom Edilberto Dilkelborg, pela Diocese.

Ainda em novembro foi assinado convênio entre a Fundação Nacional próMemória e a Universidade Federal de Minas Gerais, com a interveniência da Secretaria da Cultura, com o objetivo de alocar recursos financeiros para o projeto de restauração do Colégio Nossa Senhora das Dores – Instituto Eschewege, em Diamantina (MG). O convênio, no valor de Cr$ ..... 4.800.000,00, também tem prazo de vigência de dez anos e foi assinado por Marcos Vinícios Vilaça, pela próMemória e José Henrique Santos, pela UFMG.



Arquivo SPHAN

Na foto à direita vista do Colégio Nossa Senhora das Dores - Instituto Eschewege, em Diamantina (MG). Abaixo, o Palácio Episcopal, em Oeiras (PI). Os convênios para a execução de obras de restauração nos dois monumentos já foram assinados.



Arquivo SPHAN

CASA DA CIDADE: OURO PRETO TERÁ NOVO ESPAÇO CULTURAL

A Secretaria da Cultura do MEC, o Governo do Estado de Minas Gerais, a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, a Universidade Federal de Ouro Preto, a Fiat Automóveis e a Fundação Roberto Marinho assinaram, em novembro passado, convênio visando à implantação do projeto "Casa da Cidade de Ouro Preto", que pretende dotar a cidade de um "espaço cultural e referencial para uso da comunidade e de seus visitantes, compatível com os valores históricos e artísticos desse monumento nacional, agora patrimônio de toda a Humanidade".

Através do projeto, a Prefeitura de Ouro Preto será transferida para uma sede própria, e suas atuais instalações, na antiga Casa de Tomás Antônio Gonzaga, serão restauradas e adaptadas para se transformarem na Casa da Cidade de Ouro Preto, que integrará a estrutura do Executivo Municipal. O projeto prevê a transformação da Casa de Tomás Antônio Gonzaga num centro dinâmico permanente de informação cultural e turística, além de estimular a pesquisa histórica e abrir espaço para as manifestações e propostas das artes visuais do país.

No entender do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, o convênio é significativo por materializar uma filosofia de trabalho implantada pela SEC/MEC, que é a de aglutinar esforços dos setores público e privado para o desenvolvimento da área cultural. Pelo convênio firmado, a SEC/MEC deverá contribuir tecnicamente, através da 7ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, na elaboração dos projetos de restauro e adaptação, bem como na execução das obras.

TORRE DE IGREJA DE ARACATI ESTÁ SENDO RESTAURADA

Através de convênio firmado com a Superintendência de Obras do Estado do Ceará, entidade executora das obras, a SPHAN/próMemória promove, no momento, a recuperação da torre sineira da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Aracati. O templo, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, foi atingido por um raio, em fevereiro passado, provocando uma abertura de grandes proporções na cúpula da torre.

Juntamente com a recuperação da torre está sendo providenciada a instalação de um pára-raios e realizada a revisão da cobertura da igreja. A fiscalização dos trabalhos está sob a responsabilidade da 3ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória. O monumento data do século XVIII.